

RESILIÊNCIA EM ABRIGOS: FATORES PROMOTORES E ADVERSOS

Danielle Cabral Araujo (IC) e Vania Conselheiro Sequeira (Orientadora)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar fatores protetores e adversos de resiliência em abrigos. Utilizou-se método qualitativo, realizou-se entrevista semiestruturada com cinco profissionais (educadores e psicólogos) que atuam em diferentes instituições da rede de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Observou-se o cotidiano institucional e os registros foram feitos por meio de diários de campo. Posteriormente, através da análise de conteúdo estabeleceram-se categorias de análise do material coletado. Os abrigos participantes da pesquisa reproduzem práticas que massificam, não contribuem para o desenvolvimento da autonomia das crianças e adolescentes, criam rótulos que cristalizam as visões sobre essa população e suas famílias. O afeto permeia pouco as relações, principalmente entre educadores e acolhidos, o espaço para o lúdico e para a expressão da criança/adolescente torna-se limitado. Ocorrem pequenas violências cotidianas percebidas nas relações e atitudes diárias. Há pouco investimento na capacitação e formação dos educadores, que se sentem sobrecarregados e pouco valorizados. Os acolhidos contam com uma rede de apoio externa à instituição, no entanto há pouca articulação entre os atores sociais e acaba por ser reproduzida a lógica assistencialista. Concluiu-se que os abrigos apresentam fatores adversos ao desenvolvimento da resiliência em crianças e adolescentes à medida que reproduzem estereótipos, não permitem espaços para elaboração das histórias vividas pelos sujeitos e estabelece uma relação verticalizada, camuflada pela violência. Educadores podem contribuir enquanto figuras de referência afetiva importantes. É possível tecer a resiliência e ajudar a população acolhida no fortalecimento para enfrentamento das adversidades.

Palavras-chave: Resiliência. Abrigo. Fatores de risco e proteção.

ABSTRACT

The present study aims to identify protective and adverse factors of resilience in shelters. A qualitative method was used. A semi-structured interview was conducted with five professionals (educators and psychologists) who work in different institutions of the institutional shelter network for children and adolescents. Institutional daily life was observed and records were made through field diaries. Subsequently, through analysis of content, categories of analysis of the collected material were established. The shelters participating in the research reproduce practices that massify, do not contribute to the development of the autonomy of children and adolescents, and create labels that crystallize the visions about this population and their families. Affection rarely permeates relationships, especially between educators and caregivers, space for the playful and the expression of the child / adolescent becomes limited. There are small perceived daily violence in everyday relationships and attitudes. There is little investment in the training and training of educators, who feel overwhelmed and undervalued. Hosts have a network of external support to the institution; however, there is little articulation between the social actors and ends up reproducing the assistance logic. It was concluded that shelters present adverse factors to the development of resilience in children and adolescents as they reproduce stereotypes, do not allow spaces for the elaboration of stories lived by the subjects and establish a vertical relationship, camouflaged by violence. Educators can contribute as important reference figures of affection. It is possible to weave resilience and help the population welcome strengthening in coping with adversity.

Keywords: Resilience. Shelter. Risk and protection factors.

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é a principal medida de proteção utilizada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no contexto brasileiro. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza que “O abrigo é medida provisória excepcional, utilizada como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade” (artigo 101, §1 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990). A Nova Lei Nacional de Adoção diz ainda que esta medida não deve exceder ao período de dois anos, para que o convívio familiar e comunitário seja priorizado. No entanto, o perfil requerido pelos candidatos à adoção não é compatível com o perfil da população em situação de acolhimento, sendo que muitos deles são impedidos judicialmente de retornar a família de origem, por consequência, acabam por ficarem institucionalizados por um longo período (SILVA, 2004).

Segundo Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (IPEA/DISOC, 2003), os principais motivos que levam ao acolhimento são abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%) e dependência química dos pais ou responsáveis (11,4%). O mesmo estudo aponta que 86,7% as crianças e adolescentes abrigados têm família, 58,2% mantêm vínculos com familiares e 5,8% estão impedidos judicialmente de entrar em contato com os familiares, os abrigos pesquisados atendem cerca de 20 mil crianças e adolescentes.

O relatório anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2015) indicou que há 45.132 acolhidos em abrigos espalhados pelos municípios brasileiros, no entanto, somente 5.657 estavam aptos à adoção. Sendo 37% com idade entre 15 e 17 anos; 30% entre 12 e 14 anos; 18% entre 9 e 11 anos e 8% entre 6 e 8 anos. Os dados apontados levam a constatar que o direito de convivência comunitária e familiar bem como o caráter transitório desta medida de proteção não estão plenamente garantidos. Verifica-se também que o índice de acolhimento está atrelado ao cenário político-social do país, em que predomina a ausência de políticas públicas, exclusão social de classes baixas e alta vulnerabilidade social das famílias.

Nesse cenário cabe o questionamento sobre a qualidade desses serviços de acolhimento e o quanto essa medida é capaz ou não de propiciar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, de forma que criem estratégias de enfrentamento das situações adversas vivenciadas, tenham figuras afetivas de referência e seus direitos enquanto sujeitos sejam exercidos e garantidos.

O problema que norteia essa pesquisa se ilustra na seguinte pergunta: Quais os fatores protetores e adversos no desenvolvimento da resiliência em crianças abrigadas?

O objetivo desta pesquisa consiste em identificar fatores promotores e adversos ao desenvolvimento de resiliência em abrigos para crianças e adolescentes, entender os

fundamentos legais sobre abrigos no Estatuto da Criança e Adolescente, perfil dos cuidadores e das crianças e adolescentes abrigados, estudar aspectos afetivos em crianças institucionalizadas, explorar conhecimentos sobre as diferentes visões sobre o conceito de resiliência.

A produção do presente trabalho se dá pela relevância no esclarecimento desse tema para os profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes abrigados nas instituições, ampliando o entendimento do conceito de resiliência e dos fatores promotores e adversos em sua promoção e contribuindo para sua capacitação. Visa também à ampliação de pesquisas na área de Psicologia com a temática que contribuam para a formação e prática de psicólogos, pois se trata de um conceito recente e pouco abordado na literatura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do ECA preconizar a doutrina da proteção integral e considerar o entorno elemento fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, na prática pouco se aplica tais fundamentos ao lidar com a realidade dos abrigos brasileiros (RIZZINI; RIZZINI, 2004). No Brasil, o histórico do acolhimento institucional é marcado por instituições religiosas que disseminavam o ideal de caridade aos pobres e acolhiam em instituições crianças abandonadas na roda dos expostos. Um grande número de bebês era acolhido por essas entidades que possuíam rotinas rígidas, horários para trocas de fraldas, alimentação e sono, um regime semelhante ao fabril que favorecia a massificação desses sujeitos. Nas instituições de acolhimento atuais as práticas voltadas para disciplina, a rigidez nas rotinas, os espaços e objetos coletivizados contribuem para a massificação das relações e dos sujeitos o que impossibilita ou dificulta a manifestação das individualidades e subjetividades diversas e a identidade passa a ser pautada na vivência coletiva (Silva, 2004).

O desenvolvimento de crianças e adolescentes no ambiente das instituições de acolhimento é uma questão relevante para ser abordada e compreendida. Sabe-se que o processo de institucionalização pode favorecer ou ser um entrave no desenvolvimento, a depender de como ocorre e dos recursos que a instituição dispõe (SILVIA & MELLO, 2004).

O abrigo em si pode representar uma rede de apoio importante, pois é uma forma de propiciar condições básicas para o desenvolvimento, deve proteger o acolhido de violações de seus direitos e, apesar de não substituir a família, oferecer um ambiente de acolhimento. O papel dos educadores torna-se fundamental para estabelecimento de relações de cuidado e afeto capazes de auxiliar os acolhidos no processo de enfrentamento das adversidades e desenvolver a própria autonomia (RUTTER, 1987 apud RIZINNI & RIZINNI, 2004).

Torna-se possível tecer relações entre o conceito de resiliência e a situação de abrigo, cabendo questionamentos a respeito dos recursos protetivos que oferecem para que as crianças e adolescentes possam se desenvolver de forma sadia, apesar das difíceis vivências que possivelmente tiveram antes de serem abrigadas, como situações de violência e privação de direitos básicos (SEQUEIRA, 2009).

Para definir resiliência, Cyrulnik (2004) se vale da seguinte metáfora “se trata da arte de navegar em torrentes” (p. 207). Para o autor, a ideia de resiliência corresponde à capacidade de o sujeito se valer de recursos internos em face dos obstáculos, incididos por meio de “golpes de correntezas”, que cercam sua vida cotidiana.

A construção da resiliência está intrinsecamente relacionada a fatores promotores e de risco. Os fatores promotores compreendem a: a) dimensão individual — as quais estão relacionadas à autoestima, autocontrole e afeto; b) dimensão familiar — ligada a sustentação, estabilidade e respeito e c) dimensão ambiental — referente às relações interpessoais. Já os fatores de risco são acontecimentos individuais e sociais que agravam a situação de vulnerabilidade do indivíduo, provocando impacto negativo no seu desenvolvimento. (PESCE; ASSIS; SANTOS; OLIVEIRA; CRUZ, 2004).

3. METODOLOGIA

Este artigo faz uso método qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, por adequar-se ao objeto de estudo e permitir a compreensão de fenômenos complexos e plurais o que resulta na construção de uma ampla rede de significados. Através da relação entre pesquisador e participante podem-se apreender fatores importantes para a compreensão da realidade estudada (GONZALEZ REY, 2005).

3.1. Participantes

Foram entrevistados cinco profissionais (educadores e psicólogos) que trabalham na rede SAICA em duas instituições distintas, de ambos os sexos, faixa etária entre 22 e 56 anos, que cursaram o ensino médio ou ensino superior, 4 possuem filhos e 1 não possui, com tempo de atuação na instituição distintos, de 3 meses a 5 anos.

3.2. Instrumentos

Entrevistas semiestruturadas e observação semidirigidas das interações entre crianças e educadores. Optou-se pela entrevista, porque ela permite o contato com as afetividades, comportamentos não-verbais e discurso dos sujeitos (ALVES; SILVA, 1992). Foram gravadas 5 entrevistas com profissionais da instituição, todas foram transcritas. Realizou-se 2 visitas de observação e os dados obtidos foram registrados em forma de diário de campo, pois este instrumento condiz com a proposta da pesquisa de observar elementos

afetivos, relacionais e sociais presentes no ambiente da instituição (MINAYO, 2010). Posteriormente, cada material coletado foi lido e levantou-se categorias de análise em cada um deles. Terminada essa etapa, observou-se quais categorias se repetiram e estabeleceu-se o total de 6 categorias de análise. Houve reprodução não literal de uma da fala de um participante, devido a uma intercorrência com o aparelho de gravador, o que não interferiu na análise do discurso.

3.3. Procedimentos

O estudo obteve aprovação prévia do Comitê de Ética. O contato com as instituições se deu através da aproximação estabelecida pela pesquisadora durante o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária, de capacitação de educadores. Os termos de consentimento foram devidamente apresentados e assinados pelos colaboradores e instituições participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente em salas disponibilizadas pela instituição, gravadas e posteriormente transcritas. As observações ocorreram durante o período vespertino, com uma hora e meia de duração, os dados foram registrados em dois diários de campo.

3.4. Cuidados éticos

A identidade dos colaboradores e instituições foi preservada. Os riscos envolvendo a pesquisa foram mínimos, houve possibilidade de interromper a entrevista, conforme se informou na carta de livre esclarecimento, caso houvesse desconforto por parte do colaborador, assim como não houve obrigatoriedade em responder todas as questões. Se porventura houvesse necessidade, seria oferecido apoio profissional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos através dos registros das observações e entrevistas foram organizados em seis categorias distintas que serão apresentadas a seguir bem como a discussão de seus conteúdos será realizada.

4.1. Cotidiano e Ambiente Institucional

As instituições de acolhimento possuem rotinas padrões, que podem variar conforme sua realidade, que visam atender as necessidades dos acolhidos e cumprir com as tarefas estabelecidas. Está previsto, com base nos princípios do ECA, que haja vinculação com educadores, para que os cuidados sejam constantes e a estabilidade seja preservada. A organização da rotina diária deve garantir previsibilidade, os turnos de trabalho dos educadores deverão ser fixos para que possam realizar sempre as mesmas atividades diárias (BRASIL, 2009). Os dados obtidos mostraram o cotidiano nas instituições pesquisadas

permitem pouco que o sujeito tenha seu espaço de individualidade e possa expressar seus desejos, sentimentos, pensamentos e outros elementos que compõem seu mundo subjetivo.

As tarefas e atividades são, por vezes, demasiadamente pragmáticas e essa característica contribui para que o afeto permeie pouco nas relações. Os horários são coletivos e pouco flexíveis, mas são ajustados quando há atividades externas importantes para os acolhidos, como por exemplo, trabalho e cursos. As refeições, as trocas de fraldas, o horário de ida e retorno para a escola são norteadores para a organização da casa. Ao mesmo tempo, há a preocupação com o bem estar dos acolhidos, com a qualidade da alimentação, o cuidado está presente no contato.

Essa ambiguidade presente no ambiente da instituição emerge das tensões entre a equipe, das confusões de papéis desempenhados pelas educadoras, da imprevisibilidade dos acontecimentos e inconstância provocada pelas recorrentes trocas de funcionários e fluxo de acolhidos, pois periodicamente crianças deixam a casa e outras novas passam a ser acolhidas.

O momento da troca entre plantões mostrou-se conturbado devido à demanda de manter a rotina e atendimentos aos acolhidos ao mesmo tempo em que busca passar as informações e condutas tomadas pela equipe do turno anterior. O diálogo e as trocas tornam-se inviabilizadas pela falta de espaço para que essas questões sejam conversadas e discutidas, muitas vezes a comunicação acontece unicamente por meio de relatórios feitos pelos orientadores, o que abre margem para possíveis falhas e equívocos. “Normalmente ao chegar a gente troca informações, lê o relatório de manhã e já passa pra (sic) as atividades que é todos os cuidados que tem que ter com as crianças, né? [...] (Sujeito 2).

A disciplina parece estar presente em todo o ambiente, desde a organização das mesas na cozinha, as camas nos quartos, na forma de falar com as crianças, as ordens verticais que se estabelecem, a forma como a rotina se organiza e os momentos de refeições. Compreende-se que se trata de um fator fundamental para organizar estruturar as instâncias psíquicas, no entanto da forma como é aplicada reproduz modelos rígidos de educação que suprimem o sujeito e suas vontades e o coloca em uma engrenagem que o massifica ao invés de potencializá-lo para a ação. As raízes históricas das políticas de assistência brasileiras, associados à educação tradicional ainda predominante no discurso da sociedade, a lógica de controle dos corpos e docilização dos sujeitos e o enrijecimento das tarefas e funções favorecem essa forma de funcionamento e objetifica o sujeito.

Importante salientar que há diversas contradições presentes nos espaços institucionais e ao mesmo tempo que a coletividade traz questões relacionadas a identidade dos sujeitos, e conseqüente massificação, o contato com os pares permite que a vivência seja positiva e produza efeitos importantes na forma como enfrenta-se as adversidades que a

realidade objetiva impõe. Neste caso, estar com o outro e compartilhar de seus espaços permite que a empatia ocorra e sentimentos sejam compartilhados, nomeados, trocados o que torna as relações protetivas e carregadas de afeto.

O clima da instituição oscila a todo momento, há vezes em que se fica todos em total silêncio, no tédio e outras vezes o barulho se faz intenso bem como os conflitos, ambos os estados revelam incômodos, angústias que não são nomeadas, histórias das quais não se perguntam e não são faladas, mal-estares institucionais. Não há livre circulação por todos os espaços, o acesso aos quartos parece estar sob o controle dos orientadores, a sala de jogos tem horários específicos para serem utilizados, bem como os brinquedos. Em alguns momentos há maior flexibilidade, mas durante a semana a rotina é repleta de tarefas, saídas para médicos, atividades em grupo com educadores, os bebês saem para passear pelo bairro ou para brincar. O lúdico perde seu espaço, o brincar fica sem sentido, pois os brinquedos ficam espalhados e pouco se interagem com esses materiais.

4.2. Vínculos afetivos

A vinculação afetiva é um fator essencial para o desenvolvimento humano, as primeiras vinculações ocorrem no nascimento e infância, e são responsáveis por oferecer a criança o entorno necessário para seu desenvolvimento sadio. Os seres humanos desenvolvem o comportamento de ligação e mantêm proximidade com indivíduos diferenciados. Na fase da infância ocorre o apego manifestado através dos choros, chamamentos, pedidos de cuidado e recusa a permanecer com estranhos ou sem a companhia de alguém (Bowlby,1997). No contexto do acolhimento institucional algumas vinculações foram interrompidas e o ambiente é capaz de promover condições para que novas se formem e dessa maneira o acolhido consiga sentir-se amparado e tenha apoio afetivo para seu desenvolvimento. No entanto, o vínculo familiar não é substituído e segundo as orientações previstas no ECA, é dever do abrigo trabalhar seu fortalecimento.

Os educadores que estão em contato diário com as crianças e adolescentes tornam-se importantes figuras de referência, ao estabelecer uma relação de cuidado e afeto, contribuem para que haja sentimento de segurança, proteção e continuidade. De acordo com os dados coletados, observou-se que há envolvimento afetivo com o trabalho e os acolhidos, porém há momentos em que alguns papéis se confundem e colocam-se no lugar materno ao desempenhar sua função. Os funcionários em sua maioria são do sexo feminino, histórico e culturalmente as mulheres costumam ser incumbidas de atividades relacionadas ao cuidado, seja com os afazeres domésticos ou das crianças e essa realidade é manifestada também no contexto institucional.

As mulheres entrevistadas revelaram em suas falas a preocupação em se colocar no lugar de mães, na ausência desta figura na instituição, e desempenham esse papel na relação

com a criança. Conforme Marin (1999) pontua em seu estudo sobre a formação de identidade na infância no contexto do acolhimento institucional, quando a sociedade se vê frente a uma criança abandonada, surge a sensação de fracasso frente à ideologia vigente sobre a família como aquela que tudo provê e é constituída por um pai e uma mãe, mobilizando sentimentos de desamparo e culpa social.

Durante as observações foi possível notar que há disputa por atenção, por parte das crianças menores e bebês, as educadoras pegam no colo, interagem com as crianças, utilizam brinquedos e criam espaços lúdicos. “Só que aqui não dá pra você paparicar uma. Você tem que dar atenção no coletivo. Né? Porque não dá ” (Sujeito 1).

No entanto a quantidade de educadores impossibilita a atenção individualizada, o que pode gerar em certa medida angústias, pois cada acolhido apresenta necessidades diferentes e à medida que não é possível atendê-las expressam comportamentos que podem indicar esse sentimento, como chorar, bater em outras crianças, disputar o colo da educadora ou isolar-se “Não podemos errar com eles. É um vínculo muito forte que se forma, mas eles sabem ao mesmo tempo que estão aqui de passagem, que vão ter que sair algum dia e que por mais que tenha amor eles sabem que as tias são profissionais e estão aqui para ganhar seu salário e não são nada deles. Eles ficam revoltados. Tem tempos que ficam depressivos mesmo, não querem comer, não querem vão sair, não querem conversar” (Sujeito 5).

Os bebês acolhidos nas instituições exigem, segundo a fala das educadoras e psicólogas, maior atenção e tempo, pois dependem muito mais do adulto em relação a trocas de fraldas, banho, alimentação e higienização. Relatou-se que esse fato pode provocar sentimento de ciúme nos demais acolhidos e resultam em hostilidade em relação a essas crianças menores. Essa questão parece ser pouco trabalhada nas instituições participantes do estudo, e revelam o discurso da autonomia de forma distorcida. Crianças maiores e adolescentes recebem menor atenção por saberem desempenhar atividades básicas relacionadas ao autocuidado, no entanto apresentam necessidades de afeto que passam despercebidas e quando reagem a essa falta com seus próprios repertórios comportamentais, são rotulados como “rebeldes” e de “difícil acesso”.

Parece comum crianças maiores e adolescentes contribuírem nos afazeres das instituições e no cuidado com as crianças maiores. Também foi frequente nas falas mencionar sobre o reconhecimento do trabalho dos educadores, como se frequentemente as crianças e adolescentes se portassem de maneira desrespeitosa e não se demonstram agradecidas pelo cuidado que recebem

Há a possibilidade de trabalhar as tarefas de modo a promover a cooperatividade e bem-estar coletivo, criando oportunidade para partilhas, conversas e trocas de experiências que atribuem sentido ao que se vivencia no ambiente institucional. O afeto pode emergir

nessas relações e com os papéis bem definidos é possível estabelecer laços de respeito e que permitam a livre expressão dos sujeitos (SEQUEIRA, 2009).

Torna-se evidente nas falas e no modo de estabelecer as relações que nessas instituições ainda se faz presente a ideologia do esforço, resquícios da política assistencialista, em que a criança ou adolescente deve fazer de tudo para evitar falhas e atender ao que os cuidadores esperam delas, pois entendem seu papel como o de guardar e proteger (MARIN, 1999).

Há identificações entre funcionários e crianças que favorecem a aproximação e diálogo entre alguns e com outros não. O tratamento afetivo torna-se desigual, alguns possuem a oportunidade de serem ouvidos e acolhidos enquanto outros são tachados de difíceis e desrespeitosos. “O que diferencia, assim, o trabalho é o vínculo que tem com a criança. Quem não tem vínculo com algumas o trabalho dificulta, né? (...)” (Sujeito 4).

No cotidiano ao lidar com os acolhidos há dificuldades expressa pelos adultos cuidadores em lidar com os sentimentos nomeados como tristeza e angústia, o que aponta para uma fragilidade que dificulta o acolhimento da criança/adolescente nessas situações, o que impede que seu sentimento seja validado e tenha possibilidade de ser elaborado.

Os conflitos, como em qualquer relação, são frequentes entre eles e com os cuidadores, no entanto é entendido pela instituição como algo negativo a ser trabalhado, muitas vezes a solução para eles é imposta pela gestão técnica da instituição, apesar de se falar na importância do diálogo, o que se percebe é que durante a rotina institucional isso pouco ocorre, muitas vezes a relação estabelecida entre cuidadores e acolhidos não é horizontal e tornar-se uma questão de ordem e obediência, ao contrário do que os espaços de diálogos propõe.

Os papéis muitas vezes se confundem, fala-se em “ser mãe”, “ser tio”, “ser pai”, quando estes não estão presentes. Durante as visitas às instituições foi possível perceber que há uma forte vinculação de afeto das crianças com os educadores e entre elas.

Principalmente em relação às crianças pequenas, disputam a atenção, pedem colo, abraçam, fazem brincadeiras juntos. No entanto, também foi possível presenciar situações em que pequenas violências cotidianas passam despercebidas e naturalizadas, como por exemplo, não deixar a criança repetir a mamadeira com água, pois teria que esperar o próximo horário, crianças com as fraldas sujas há algum tempo e as educadoras aguardando o horário da troca de fraldas, chupetas caindo no chão e não sendo devidamente higienizadas, comentários desrespeitosos em relação às crianças e suas famílias na frente delas.

A violência deixa de ser praticada concretamente, na maioria das vezes, e passa a ocorrer de forma simbólica, se mostra sutilmente nas ações cotidianas e nas relações estabelecidas. O abrigo, lugar de acolhimento, passa então a negligenciar a história vivida por

cada menino e menina, não oferece espaços para sua escuta e coloca sobre eles e elas a expectativa de ser “educado”, comportando-se segundo os parâmetros da obediência, o que impede a expressão de seus sentimentos e de sua dor e os coloca na posição de passividade. (SEQUEIRA, 2009).

As relações estabelecidas no ambiente do abrigo também apresentam suas ambiguidades e os profissionais não se mostram, em alguns momentos, preparados para lidarem com estes aspectos e tomam atitudes equivocadas que podem ao invés de contribuir, dificultar o processo de desenvolvimento dos acolhidos.

Fala-se da reprodução da violência em relação aos acolhidos, como por exemplo, resolução de conflitos através da agressão física, grupos de adolescentes que rivalizam com o grupo de bebê e crianças menores. Ao mesmo tempo relata-se que os maiores ajudam os menores, há relação de companheirismo e um é capaz de compreender a dificuldade do outro.

4.3. Rede de Apoio

O conceito de rede visa abranger a realidade social em sua complexidade, é pensar o trabalho social como forma de integrar e organizar diferentes atores na tessitura conjunta que busca a totalidade. Trata-se de uma forma inovadora de pensar a gestão pública e mobiliza ações conjuntas que mudam a forma de conduzir os trabalhos na área social, rompendo com as práticas tradicionais e obsoletas (GULASSA, 2010).

O trabalho em rede favorece a articulação entre diferentes programas, serviços, projetos, sujeitos e organizações de modo a promover negociações, partilhas, participações diversas, socialização, interação de múltiplos serviços e atores sociais em um processo que leva à autonomia (p. 9).

O espaço institucional de acolhimento, segundo o que preconiza o ECA, é responsável por auxiliar o desenvolvimento da autonomia e cidadania das crianças acolhidas. Desta forma, a rede de proteção social comunitária desempenha importante papel na garantia dos direitos e na tarefa de acolher e instrumentalizar, pois a instituição possui um caráter de incompletude, ampliar o contato da criança e do adolescente com a comunidade, serviços e envolver atores sociais nesse processo são fundamentais para sua integração.

O abrigo constantemente deveria cuidar para que não se torne totalizante, seria importante considerar que não possui todos os recursos para auxiliar os acolhidos e por isso deve estar aberto para o trabalho em rede. Enquanto instituição, também deve se rever e buscar autonomia para lidar com as demandas que surgirem de modo a facilitar o processo das crianças e adolescentes trilharem caminhos possíveis e desenvolverem a consciência de forma autônoma.

Pensar em articulações torna-se um desafio a ser pensado e enfrentado, a democracia permite que haja a participação de diferentes atores na construção das políticas públicas e para evitar seu enfraquecimento é importante que as ideias circulem, que haja espaço para debates, relações sejam construídas para que de fato a sociedade se mobilize (p.10).

Existem diferentes tipos de redes, as socioassistenciais com a função de criar estratégias de enfrentamento para a exclusão social, as primárias que contemplam laços afetivos de agentes da comunidade ou da família nuclear e ampliada, serviços e programas públicos ou privados. O abrigo cumpre importante tarefa de articular-se com as diferentes redes e políticas públicas previstas para ampliar o atendimento de crianças e adolescentes e desta maneira contemplar o território, a comunidade e as famílias no processo de garantir a proteção integral infanto-juvenil.

Os abrigos visitados possuem vinculação com algum tipo de rede, seja ela pública, privada ou comunitária. No entanto notou-se pouca articulação entre elas e certa burocratização dos processos. A equipe técnica mostrou que possui bom relacionamento com a Vara da Infância e Juventude, no entanto a relação limita-se a relatórios e ao processo de cada criança e adolescente.

Há acesso à rede pública de saúde, educação básica, benefícios, programas voltados para inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, utilização dos espaços e equipamentos públicos da região em que o abrigo está situado (parques, CCA, centros esportivos, por exemplo), há parcerias com ONGs e instituições que oferecem capacitação para equipe de educadores, atendimento psicológico para as crianças e adolescentes.

Há também grupos de pessoas que desenvolvem trabalhos voluntários (estagiários que oferecem reforço escolar, profissionais de diferentes áreas que promovem oficinas, grupos que realizam ações pontuais em datas comemorativas), parcerias com comércio local, igrejas e empresas que oferecem bolsa de estudos, doação de alimentos e materiais, pessoas que desempenham alguma função no abrigo de forma voluntária, festas na comunidade.

Essa rede que se forma torna-se importante para desenvolver a cidadania e o lugar de protagonismo da criança e do adolescente. No entanto, sem que haja comunicação e articulações, elas acabam reproduzindo o modelo tradicional assistencialista e não buscam transformações no modo de integrar a população infanto-juvenil e garantir sua proteção integral, pois acabam realizando ações individualizadas que não se integram.

O discurso dos profissionais entrevistados revelou que há pouca integração entre a rede e o abrigo, por exemplo, crianças sofrem preconceito e racismo na escola e nenhuma ação é proposta ou colocada em debate, não se trabalha a questão da diversidade, se omite que as crianças vivem em abrigo e desta forma a escola contribui significativamente para a produção de rótulos, manutenção da violência simbólica e negação da história desses

meninos e meninas. A prática dos profissionais mostra-se relacionadas à burocracia, enrijecimento e pouco auxiliam na transformação dessa visão.

4.4. Estereótipos e representações

A população em vulnerabilidade social sofre com as diversas violações de direitos e com a lógica da produção da pobreza e exclusão social, que resulta na relação contínua entre este cenário, a institucionalização de crianças e a família.

Há contradição nos discursos produzidos, pois ao mesmo tempo em que se diz sobre o cuidado com a família e seu desenvolvimento, há constantemente a afirmação de que a família é a única responsável pelo abandono de suas crianças. Surge, então, a representação da família como “desajustada”, “desestruturada” e da criança provinda dela como aquela que reproduz a violência e possui poucas possibilidades (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Na situação de violência, abandono ou pobreza, as famílias são rotuladas e culpabilizadas pela situação que gerou o afastamento da criança de seu convívio. A criança passa a carregar consigo o estigma de pertencer à determinada classe social e a ser institucionalizada. A família, por sua vez, passa a ter que lidar com o fracasso por não ter conseguido atingir um padrão ideal imposto socialmente (MARIN, 1999).

Nos discursos dos educadores e técnicos muitas vezes essas representações vem à tona e contribuem para a manutenção da lógica perversa, pois podem impactar em sua prática. Deste modo, dificulta-se o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, à medida que este olhar limitado e carregado de representações impede o processo de acolhimento, de escuta, de elaboração da história pessoal, estimulação de potenciais, pois há um a priori. Qualquer atitude que tome passa a ser instantaneamente relacionado ao estereótipo de crianças abrigadas e sua dimensão de sujeito não é considerada, pelo contrário, passa a se cristalizar uma imagem que aos poucos é internalizada, impactando no processo de formação de sua identidade e subjetividade.

O discurso revela que a criança ou adolescente é considerado frágil e metaforicamente existir um vazio a ser preenchido com o que supostamente não teve ou não foi possível vivenciar. Não são mencionadas suas qualidades, habilidades e potencialidades. A troca de saberes e experiência parece acontecer somente por parte do cuidador. Essa forma de rotular e lidar com as situações acabam por impedir que o conflito surja e seja trabalhado. A diferenciação do outro também se torna difícil de ocorrer. Quando se coloca que os meninos e meninas acolhidos possuem uma carência emocional e afetiva, são violentos, possuem limitações quanto ao desenvolvimento, enfim, são produzidas justificativas e explicações que acabam por eximir a todos da responsabilidade social, impedindo a busca por alternativas (MARIN, 1999).

Técnicos produzem relatórios e acabam por fabricar verdades a respeito desses meninos e meninas acolhidos, baseando-se nos estereótipos produzidos. Aos poucos as práticas tornam-se enrijecidas e cristalizadas e a mudança de postura frente a essa população não acontece, gerando prejuízos, pois ao passar pelo processo de desabrigamento o sujeito levará consigo os estigmas produzidos e que também são reafirmados pela sociedade.

4.5. Trabalho com as famílias

Segundo o que orienta o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA (2009), o trabalho com as famílias consiste em acolhê-las, compreender seu contexto, como vivenciam o distanciamento dos filhos, quais são as competências que possui e como está inserida na comunidade. A equipe de profissionais deve trabalhar para fortalecer os laços, potencializá-la para a retomada de seu papel nos cuidados com a criança e adolescente.

A relação de parceria entre a instituição e as famílias possibilita o diálogo e maior integração desta no acompanhamento de seus filhos, sendo assim, visões que estigmatizam e a culpabilizam não contribuem positivamente para o trabalho. Estratégias e ações necessitam ser discutidas e criadas para que haja o fortalecimento dos vínculos. Visitas aos finais de semana, rodas de conversa, flexibilização dos horários, atividades conjuntas são exemplos de ações previstas que englobam as famílias no contexto dos abrigos.

Torna-se fundamental que haja um olhar para o sofrimento das famílias que também possuem expectativas que não foram possíveis de serem atingidas, lidam com o sentimento de fracasso, culpa e angústias. Importante considerar o contexto social que leva ao abandono ou afastamento dos filhos. De alguma forma, os pais também apresentam suas faltas e o não saber lidar com elas pode, muitas vezes, levar a negação dos filhos, no entanto é fundamental que a equipe do abrigo não enxergue essa dificuldade como justificativa para manter as famílias distantes, pelo contrário, apesar de ser um trabalho que leva muito tempo e se mostra árduo, depositar toda a responsabilidade na família, por mais grave que seja a situação que ocasionou a perda provisória da guarda, não contribui para a descoberta de suas possibilidades e potencialidades.

Portanto, no momento da visita e mesmo depois dela, os profissionais devem suportar os choros, protestos e instabilidade das crianças frente à presença da família e na sua ausência, pois são expressões que ajudam a formar a identidade da criança e do adolescente bem como a narrativa de sua história (MARIN, 1999).

De acordo com o discurso dos sujeitos entrevistados, o trabalho com as famílias se limitam ao tempo de visita aos finais de semana. Fala-se da dificuldade de lidar com elas, de modo a reproduzir novamente o discurso que reafirma a culpa e total responsabilidade pela ruptura vivida. Há a saída para passeios ou para a casa de familiares e são relatadas as

dificuldades em lidar com os comportamentos das crianças após o período que entram em contato com alguém de sua família, os educadores parecem não conseguir suportar o sofrimento que surge da separação.

Poucas crianças recebem a visita de suas famílias, algumas não possuem mais a família nuclear e não se tem contato com familiares, outras, segundo o discurso dos profissionais, não querem se responsabilizar ou não possuem condições para entrar em contato com os filhos. Esta situação podem gerar conflitos e suscitar diferentes formas de reações, expressões em relação ao sentimento de separação e perda e os educadores parecem não saberem definir qual o seu papel nesse momento, ao entrar em contato com a dor do outro mobiliza suas fragilidades e ao invés de oferecer o aporte necessário, suportar e nomear estes sentimentos, acaba por sucumbir.

No discurso surge o termo “trabalho com as famílias”, “há parceria”, no entanto o que se constata na prática é que os técnicos não enxergam a família como uma responsabilidade do abrigo e não parecem planejar intervenções e práticas que visem à articulação em rede e ampliação de contato com os filhos. O que se percebe é que lhes são reservadas apenas duas horas do horário de visita, aquelas que conseguem superar a situação que levou ao abrigamento conseguem o retorno dos filhos, no entanto aquelas que continuam em situação vulnerável além de serem tachadas de difíceis, desinteressadas, não recebem qualquer tipo de acolhimento.

O trabalho em rede não ocorre quando se trata dos assuntos familiares, há ainda prática da setorização e encaminhamentos sem acompanhamento, o que não garante efetivamente os direitos das famílias. Apesar do abrigo não ter como abranger toda a necessidade, tem a possibilidade de articular-se, inserir a família no trabalho em rede, mas os profissionais precisam estar abertos a romper com antigos paradigmas da assistência social e promover maior acolhimento.

4.6. Trabalho com a equipe

A equipe de trabalho em abrigos, segundo o que consta nas orientações técnicas do CONANDA (2009), é composta por educadores, equipe de limpeza, cozinheiros gestor, assistente social e psicólogo. Cada um exerce uma função específica, mas o ideal seria manter uma relação de horizontalidade, que houvesse espaço para supervisões, discussões técnicas e diálogos. A capacitação e formação constante também estão previstas, como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados e valorizar o profissional.

Quando há espaço para acolher e trocar experiências, os profissionais podem tomar consciência de sua importância como referência para crianças e adolescentes e adotar uma prática que envolva afetividade, desenvolva atividades lúdicas, amplie a disponibilidade para criar espaços de escuta e trocas. Olhar para os meninos e meninas acolhidos como sujeito

de direitos impacta positivamente em seu desenvolvimento, pois rompe com as práticas assistencialistas.

Nos abrigos participantes da pesquisa observou-se que o quadro de funcionários está de acordo com as normas, exceto na instituição 2 em que não há assistente social por falta de verbas, mas está em processo de contratação. Geralmente o gestor e o psicólogo possuem uma sala, a maior parte do tempo fica dentro delas, realizando relatórios, atendendo telefonemas ou em reuniões. Os cuidados e a relação com as crianças e adolescentes mostrou-se mais próxima com os educadores da casa.

No discurso dos psicólogos foi possível notar que a prática adotada está voltada para clínica e para a burocracia. Apesar de se prever um atendimento personalizado e por isso há os relatórios individuais de atendimento, os profissionais parecem se distanciar das crianças e adolescentes atendidos bem como da equipe de educadores e torna-se cristalizados em seu papel.

Educadores relataram que as experiências em outros abrigos e da vida pessoal ajudaram a instrumentalizar o trabalho desenvolvido e aponta que se sentem desvalorizados, há pouco investimento em espaços de escuta desses profissionais e de capacitações. Apontaram que a comunicação com a equipe técnica é difícil, e que apesar de buscarem comunicar-se entre as equipes de outros plantões, sentem que os educadores possuem ideias diferentes de como desenvolver os trabalhos e lidarem com as situações o que pode dificultar o cotidiano. O trabalho prescrito é realizado, no entanto nem sempre há um envolvimento efetivo com a criança ou adolescente o que impede o afeto e o acolhimento.

Educadores relatam como principais pontos negativos do trabalho em abrigos o estresse da rotina, a sobrecarga de atividades, dificuldades de comunicação com a equipe, conflitos institucionais e perceberem que há profissionais que não gostam de trabalhar com os acolhidos. Como pontos positivos destacaram a contribuição para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e a troca de experiência e aprendizados. As falas dos sujeitos revelaram que atuam na área por opção e pelo trabalho ter sentido para eles, no entanto muitas vezes está atrelado a valores relacionados a “fazer o bem”, sentirem que as crianças precisam deles, ideais ligados à cultura assistencialista.

Há rotatividade de funcionários e a equipe parece não desenvolver um trabalho com o grupo de profissionais e atribuem essa lacuna à falta de tempo para reunir a equipe.

Em relação ao desacolhimento dos adolescentes, não foi mencionada nenhuma ação, apenas há o encaminhamento destes para programas de inserção no mercado de trabalho e o encaminhamento para repúblicas, mas pouco se fala em projeto de futuro e atividades que contribuam para desenvolver a autonomia dos acolhidos.

4.7. Cotidiano institucional

Goffman (1987), ao tratar de instituições totais apontou algumas etapas pelos quais os ingressantes novos passam. Abrigos não são caracterizados como totalizantes, no entanto apresentam certas características que tendem ao fechamento. Nesta perspectiva e com essa ressalva feita, é possível, utilizando-se da perspectiva do autor identificam-se, no ambiente institucional, situações pelas quais crianças e adolescentes passam ao ingressarem nas instituições.

Essa passagem é marcada por ruptura de vínculos, perda de objetos pessoais com significados, mudança para ambiente coletivizado, alteração de horários, hábitos e rotinas, adequação a regras e padrões estabelecidos, alteração na percepção da passagem do tempo, processo nomeado como mortificação do eu. As necessidades individuais passam a ser administradas burocraticamente pelo gestor. Há ainda a formação de estigma que passa a caracterizar o sujeito como membro da instituição, desconsiderando seus aspectos individuais.

No ambiente institucional, segundo Marin (1999), faz-se necessário à escuta das crianças, para que sua angústia tenha um lugar e possa ser elaborada. O silêncio contribui para a não legitimação dos sujeitos, de sua identidade, de seus sentimentos e de sua história. Os profissionais nas instituições demonstram dificuldades para suportar a história de vida que cada sujeito traz consigo, bem como o sentimento de abandono. Os papéis se confundem e tende-se querer substituir as famílias para que a falta seja suprida, ao invés de considerar e falar sobre ela.

A palavra torna-se elemento fundamental para simbolizar e construir um lugar o sujeito na rede de significações. As famílias são rotuladas como falhas, incapazes e violentas, desta forma o abrigo é visto como o lugar onde toda a necessidade de carinho é suprida e o conflito e a dor são elementos negligenciados e que tendem a ser camuflados. A identidade dos acolhidos passa a enfatizar a falta, atribuindo-lhes o rótulo de “carentes” oriundos de famílias “desestruturadas”, alimentando uma visão assistencialista do serviço em que o acolhido deve corresponder ao ideal de bom, pois está recebendo cuidados (MARIN, 1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de resiliência pode ser facilitado no ambiente institucional dos abrigos quando estes mostram-se acolhedores e permitem o processo de ressignificação das experiências vividas pelas crianças e adolescentes. Fatores que auxiliam nessa construção são o entorno afetivo das relações com figuras de referência e apoio da rede mais ampla que contribui com o acesso à cultura, aos esportes, contato com o lúdico e com o mundo artístico.

O estudo permitiu compreender que as práticas institucionais muitas vezes reproduzem a lógica da massificação e apesar de oferecer as condições físicas e de espaço para o saudável desenvolvimento dos acolhidos, o afeto ainda permeia pouco as relações de cuidado, violências cotidianas ocorrem e à medida que passam despercebidas, o silêncio sobre elas permanecem mantidos.

Verificou-se a necessidade de investir na valorização e capacitação dos profissionais educadores que lidam constantemente com as crianças e adolescentes, pois escuta e incentivo das potencialidades presentes em cada um dos acolhidos. Acreditando no potencial de resiliência que possuem, os educadores poderiam atuar como tutores, oferecendo suporte e condições para narrativa e ressignificação das histórias de vida de cada um e criar espaços em que se possam expressar sentimentos, pensamentos e partilhar experiências.

Instrumentalizar o profissional auxiliará na forma como este lidará com as situações em que os acolhidos apresentarem seus sofrimentos, dificuldades e necessidades. O suporte afetivo é essencial para o desenvolvimento humano e se faz necessário no cotidiano dos abrigos.

Cabe aos técnicos que atuam neste contexto repensarem o trabalho que incluam as famílias sob a perspectiva de fortalecer os laços e inserir na rede de apoio, de modo a não reproduzir práticas que estereotipam e culpabilizam-as pela situação vivida de perda da guarda dos filhos. Faz-se necessário desenvolver formas de atuar em rede que incluam as famílias, fortalecendo-as e descobrindo suas potências.

Outros estudos com a temática poderiam contribuir para ampliação dos conhecimentos e oferecer subsídios para a prática dos profissionais que atuam em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Seria importante repensar a formação desses profissionais, para que desenvolvam um olhar mais crítico e transformador.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Z.M.M.B.; SILVA, M.H. G. F. D.A. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, 1992. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X1992000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/07/ 2016.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 agosto de 2009**. Brasília/DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 22 out 2010.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório anual**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>>. Acesso em: 03/03/2016.

FRANCO, M. L. P. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber livro, 2003.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GONZALEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GULASSA, M.L.C.R. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA - Associação dos pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Vários colaboradores.

INFANTE. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO; SUÀREZ; OJEDA & cols. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Artmed: 2005.

IPEA/DISOC. **Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de Ação Continuada (SAC)**. Relatório de Pesquisa n.01. Brasília, 2003.

MARIN, I. S. K. **Febem, família e identidade: O lugar do outro**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PESCE; ASSIS; SANTOS; OLIVEIRA; CRUZ. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, pp. 135-143, 2004.

RIZZINI, I., & RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

SEQUEIRA, V.C. Resiliência e abrigos. Bol. - **Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-80, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24/06/2016.

SILVA, E.R.A. e MELLO, S.G.; Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In: SILVA, E.R.A. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. p.71-98.

Contatos: daniellecabral.a@gmail.com e vaniacsequeira@gmail.com